ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO

O PROJETO PEQUENO APRENDIZ: UMA INTERFERÊNCIA DE LINGUAGEM

ALMEIDA, Silmara Aparecida de[1]
ZAMPIERI, Danielle[2]
SCHRAIER, Gisele Mara Scarpim[3]
MATTA, Sozângela Schemim da[4]

RESUMO – A escola de Guarda Mirim Tenente Antonio João da cidade de Ponta Grossa representa um papel fundamental na vida de meninos e meninas carentes. Na escola procura-se desenvolver a formação através do acompanhamento escolar e a qualificação profissional para a possível inserção destes meninos no mercado de trabalho. A Universidade Estadual de Ponta Grossa em parceria com a Guarda-Mirim implantou o projeto de extensão Formação Humana e Profissional para o Adolescente Aprendiz com a coordenação geral de um professor do setor de Procuradoria Jurídica e coordenações das distintas áreas envolvidas, entre as quais destacamos a área de linguagem, representada pelo Departamento de Letras Vernáculas. Neste projeto os estagiários voluntários são orientados para a organização de diferentes materiais para trabalhar com uma proposta interativa de língua portuguesa. Assim, em uma proposta de duração de dois anos, foram organizados e discutidos materiais para serem implementados nos encontros com os adolescentes. O objetivo deste trabalho é apresentar as ações que foram desenvolvidas no projeto e evidenciar os resultados das produções escritas pelos alunos aprendizes. Para o desenvolvimento das atividades, utilizaram-se diferentes recursos e aplicadas distintas metodologias, através das quais foi possível perceber uma melhora significativa na competência comunicativa e lingüística dos adolescentes. Destaca-se também, quanto aos acadêmicos estagiários, a oportunidade de convivência e atuação profissional significativa, pela possibilidade que os encontros representaram e pela mobilização decorrente de estudos e preparação dos temas desenvolvidos, enriquecendo a formação e dando a oportunidade de vivenciar uma situação representativa do futuro universo profissional.

PALAVRAS CHAVE – Adolescentes - Guarda Mirim - Textualidade

Introdução

Com a criação da Escola de Guardas Mirins Tenente Antonio João, fundada em 14 de julho de 1965 por Epaminondas Xavier de Barros, que atuou como presidente por um período de trinta anos, deu-se início à efetiva instalação da Guarda Mirim em Ponta Grossa, transformando-a em um dos maiores mecanismos de integração e promoção humana de nossa cidade. Através da implementação de uma postura regimentar, Barros incrementou também o ensinamento pré militar, em que o culto aos símbolos de nossa pátria, o respeito às Forças Armadas, bem como às Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, alimentam o exercício de cidadania, desenvolvendo práticas para, segundo sua filosofia de trabalho, desenvolver uma convivência digna dentro da sociedade. De acordo com esses princípios, a escola tem como sustentáculo de suas realizações o trinômio: Disciplina x Hierarquia x Evangelização Cristã, com o objetivo de desenvolver a formação do educando através do acompanhamento escolar e sua qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Assim, tornou-se mais um departamento do Instituto Educacional Duque de Caxias, e atualmente tem como diretor responsável o Tenente Coronel Luiz Carlos Carvalho.

Na época da sua fundação, os guardinhas (como são conhecidos) trabalhavam na função de office-boys em diferentes setores da cidade; no entanto, hoje atuam apenas nas áreas educacionais. A prioridade para quem quer entrar na escola sempre foi dada para aqueles que

[1] Acadêmica de Letras Português/Inglês, silapdealmeida@gmail.com.
[2] Acadêmica de Letras Português/Inglês, daninha_z20@yahoo.com.br.
[3] Acadêmica de Letras Português/Inglês, giscarpim@hotmail.com.
[4] Mestra, Professora e Orientadora, sozangela@yahoo.com.br.

são oriundos de famílias carentes, e um dos requisitos fundamentais para a admissão dos interessados é de que o candidato esteja matriculado em escola de ensino regular. Juntamente com a Guarda Mirim fazem parte do Instituto, ainda, o Centro de Educação Infantil Nosso Lar, a Aldeia da Criança Dr. David Federmann, o Recanto Maria Dolores, o Centro Educacional Infantil Ana Néri, a Esperança Cidade dos Meninos e o Lar Odilon Mendes. Além disso, formalizou muitas outras parcerias ao longo de todos os anos de existência da entidade. Nesse tempo, todas as parcerias foram importantes na oferta de apoio para sustentar as atividades da escola, porém, dentre essas organizações a Universidade Estadual de Ponta Grossa foi e é a única que mantém o apoio desde que foi criada há quarenta anos. E pensando em manter essa parceria, a UEPG implantou o projeto de extensão "Formação Humana e Profissional para o Adolescente Aprendiz", o qual tem como coordenador geral o professor Amarildo Miguel Leal do setor de Procuradoria Jurídica (PROJUR) da referida instituição de ensino.

Durante todos os anos de existência, o projeto contou com a colaboração de muitos setores e curso da universidade. No início, os adolescentes participantes do projeto desenvolviam trabalhos administrativos nos setores e departamentos da UEPG, e recebiam uma orientação para a formação aprendiz, com palestras ofertadas somente pelos setores nos quais desenvolviam suas atividades. Em 2000 uma ação do Ministério Público entrou em vigor para combater o trabalho infantil e, no art. 403 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabeleceu-se que fosse proibido qualquer tipo de trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Com esta regulamentação, os adolescentes só poderiam estar empregados se devidamente inscritos em um programa de profissionalização, ofertados em instituições como o SESI, SESC, SENAC etc. Assim, a oferta passou a ser elitizada e inferior ao número da procura.

No mesmo ano para solucionar estas questões de oferta e procura, entrou em vigor a Lei nº 1.097 de 19 de dezembro de 2000, fazendo várias alterações no que diz respeito à Consolidação das Leis de Trabalho, efetivando mudanças que permitiram instituições de ensino como a UEPG manter a parceria com a Guarda Mirim. De acordo com o art. 430 da CLT foi regulamentado que,

> Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica,...

Segundo essa nova lei, as instituições interessadas em ofertar uma oportunidade a estes menores adolescentes só poderiam assim o fazer, se no ato do recolhimento destes menores apresentasse um contrato de aprendizagem que, segundo o Art. 428 da CLT, assim estabelece:

> Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Em função dessas novas orientações, o coordenador geral do projeto extencionista propôs algumas adequações com intuito de melhorar a forma de atuação e desenvolvimento das atividades direcionadas aos aprendizes da Guarda Mirim, expandindo a atuação antes restrita aos setores e departamentos da instituição aos cursos, professores e acadêmicos da UEPG.

Atualmente os aprendizes da guarda mirim de 14 a 16 (ou até 18 anos, idade limite que a instituição pode empregá-los) trabalham nos Campus Central e no de Uvaranas da UEPG, de 4 horas a 6 horas por dia. São registrados em carteira com o contrato de aprendizagem e recebem um (1) salário mínimo por mês, 40 (quarenta) são as vagas disponibilizadas ao término do contrato de 2 (dois) anos por grupos de aprendizes. Na carga horária diária, 2 (duas) horas são destinadas à formação aprendiz.

Objetivos

O objetivo deste projeto é promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes oriundos de instituições assistenciais através de procedimentos que assegurem à

aquisição de hábitos, experiências e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho produtivo e na convivência social.

Metodologia

O projeto conta com o envolvimento de sete cursos - Administração, Contábeis, Direito, Informática, Letras, Língua Estrangeira (Espanhol) e Jornalismo – os quais elaboram atividades específicas para a formação dos aprendizes de acordo com seus interesses e temáticas. As entradas são divididas semanalmente entre os cursos ao longo do ano letivo acadêmico.

A atuação dos acadêmicos do curso de Letras durante os anos de 2007 e 2008 teve como temática a linguagem. Para desenvolver as atividades, foram apropriadas diversas metodologias de ensino e de pesquisa, assim como questionários, textos, músicas, palestras, entrevistas, entre outras. As interferências dos acadêmicos de Letras junto aos adolescentes aprendizes alunos foram divididas em quatro grandes etapas. Cada etapa buscou enfocar a linguagem sob uma perspectiva diferente e para isso foram utilizados métodos de estruturação e análises textuais, para orientar e corrigir as produções realizadas pelos aprendizes. Foram abordados, ainda, temas variados, como orientação sexual, meio ambiente, carnaval, dentre outros. Para isso, foi possível contar com a colaboração de dois especialistas palestrantes em orientação sexual e meio ambiente, que atuaram diretamente com os aprendizes dando-lhes a oportunidade de assistir às palestras e fazer questionamentos referentes às suas dúvidas e preocupações.

Resultados

Através das produções escritas dos alunos, durante os dois anos de trabalho com o mesmo grupo, pode-se comprovar que 70% (setenta por cento) das produções realizadas pelos alunos, apresentaram problemas de textualidade, no sentido da progressão de idéias, da articulação, da continuidade e da não-contradição.

Porém, mesmo com falhas na textualidade, foi possível perceber uma melhora significativa na escrita destes adolescentes: 80% (oitenta por cento) deles passaram a desenvolver melhor as idéias e associar o conhecimento de mundo com os conhecimentos específicos fornecidos nas aulas.

Houve também uma melhora visível na evolução da linguagem destes adolescentes, não só na escrita como também na oralidade.

Conclusões

Nossa atuação neste projeto de extensão nos conduziu a resultados significativos, pois conseguimos ampliar os conhecimentos sobre linguagem dos adolescentes e ajudá-los a romper com certos “tabus” que dantes eram expostos pelos próprios jovens, como por exemplo, o escrever bem é um dom de uma pequena minoria da sociedade.

Ficou claro, para nós acadêmicos e para eles adolescentes, que o trabalho com a escrita só se efetiva satisfatoriamente como resultado de muita prática e com a freqüência de nosso empenho nesta prática. Todos nós somos capazes de nos comunicar, posto que somos sujeitos de linguagem. Entretanto, os contextos de uso mais específicos pressupõem o domínio de gêneros textuais que pressupõem uma organização textual específica na sua configuração composicional, além do que só se configuram em função dos níveis de textualidade em que são apresentados. Neste sentido, esse domínio, em uma sociedade letrada, tem valor, e seu conhecimento e uso atende a objetivos enunciativos benéficos e contribui para o êxito de atividades em que esse conhecimento se impõe.

As etapas desenvolvidas ao longo de nossa atuação, com este grupo específico de adolescentes da Guarda Mirim, elucidaram estas questões, e despertaram neles o prazer da linguagem, o prazer de transmitir para a escrita, pensamentos e, o mais importante, interagir em diferentes instâncias sócias, principalmente a instância pública da linguagem escrita.

Referencias

KOCH, Ingedore G. Villaça, **Desvendando os Segredos dos Textos**, 5ª Ed. SP, Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça, **O Texto e a Construção dos Sentidos**, 9ª Ed. SP, Contexto, 2007.

MUSSALIM, F. S. BENTES, Anna C. (orgs). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo, Cortez, 2000.

VAL, Maria da Graça Costa, **Redação e Textualidade**, 3ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

Site: http://www.projetoadolescenteaprendiz.org.br/lei10097.htm. Acesso em: 11/05/2009.